

Suffragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil

*Suffragettes in the tropics?! The first phase
of the suffragist movement in Brazil*

Mônica Karawejczyk*

Resumo

Este artigo procura evidenciar a luta em prol do voto feminino que ocorreu no Brasil no início do século XX. Para tanto, se dá destaque para a primeira fase do movimento sufragista e sua principal líder, Leolinda de Figueiredo Dalto. Ela se contrapôs, no final da década, à Bertha Lutz, a líder da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. As diferenças e semelhanças das lutas dessas duas mulheres, no que diz respeito ao voto feminino, serão aqui contempladas.

Palavras-chave

Leolinda de Figueiredo Dalto. Bertha Lutz. Movimento Sufragista.

Abstract

This article try to evidence the struggle for women's vote that took place in Brazil in the early twentieth century. Therefore, it highlights for the first phase of the suffrage movement and its main leader, Leolinda de Figueiredo Dalto. She countered up, at the end of the decade, with Bertha Lutz, the leader of the League for the Intellectual emancipation of the woman. The struggles differences

* Doutora em História pela UFRGS, onde também cursou a graduação, mestre pela PUCRS, ambas as instituições localizadas na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. No mestrado e doutorado, foi bolsista do CNPq. Contato: karawejczyk@gmail.com. Autora da tese *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)*. 398 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013." Tem vários artigos publicados sobre o tema, dentre os quais destaca-se: KARAWEJCZYK, M. "Urnas e saias - uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933 na ótica do jornal Correio do Povo. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 21, p. 204-221, 2010", bem como participação em livros tais como "XAVIER, Regina Célia Lima; KARAWEJCZYK, Mônica; BAJERSKI, Carine; WERENICZ, Gabrielle; GOMES, Mariana S.; LORENZO, Ricardo de. *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional*: guia bibliográfico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007" e "KARAWEJCZYK, M. O voto feminino no Congresso Constituinte de 1891: primeiros trâmites legais. In: SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira; SCHURSTER Karl (Org.). *Campos da Política*. São Paulo: L&PBOOKS, 2012.".

and similarities of these two women, about the female vote, will be contemplated herein.

Keywords

Leolinda de Figueiredo Daltró. Bertha Lutz. Suffragette Movement.

Considerações iniciais

O direito de votar foi entendido, durante muito tempo, como um privilégio de poucos, e estes poucos sendo exclusivamente do gênero masculino, brancos e possuidores de bens. A historiografia costuma vincular o termo *universal* ao tipo de sufrágio que se estabeleceu em 1848, na França, quando caiu a exigência monetária para ser eleitor. Esse fato difundiu no mundo a concepção dos homens como politicamente iguais, através de um novo princípio eleitoral, o do sufrágio direto sem qualquer limitação de censo, mas a cidadania que surgiu com a abolição do sufrágio censitário fez com que emergisse uma visibilidade *sem precedentes* até então quanto à separação política entre homens e mulheres. Falando de modo específico das mulheres a imagem mais recorrente da época é que elas deveriam se manter a margem da comunidade política, na segurança de seus lares e sob o governo dos homens.

Desse modo, é somente a partir da época em que se instala essa cidadania política masculina que se pode e, de fato, se começa a pensar a situação política das mulheres como uma exclusão; até então elas haviam sido situadas, de preferência, em uma exterioridade, fruto de uma *não inclusão* e não tanto de uma rejeição por causa de seu sexo. Para Anne Verjus, este é o “início do sexismo como fundamento da exterioridade política das mulheres”¹. Joan Scott também compartilha esta ideia ao declarar:

Quando se legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a ‘diferença sexual’ não apenas era um fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social².

¹ VERJUS, Anne. Voto familiarista e voto familiar. Contribuição para o estudo do processo de individualização das mulheres na primeira metade do século XIX. In: CANEDO, Leticia Bicalho (Org.). *O Sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p.428. Sexismo é descrito pela autora como “o princípio político que se limita à diferença natural entre os sexos para justificar suas diferenças em matéria de direitos políticos”, p.430.

² SCOTT, Joan Wallach. *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002, p.26.

A cidadania política feminina se viu relegada a um patamar difícil de ser contestado, uma vez que o conceito se viu atrelado a uma diferenciação sexual e essa exclusão foi baseada exclusivamente no quesito “sexo”. Não é como um interdito por educação ou por questões financeiras, que podem ser sanadas com algum esforço ou de alguma outra maneira, o interdito sexual é o mais cruel de todos, pois não pode ser vencido. A partir daí é que começou a surgir no mundo ocidental um movimento feminino em busca do reconhecimento de sua cidadania política e pela igualdade de direitos.

Em cada lugar esse movimento feminino tomou uma feição diversa. Na Inglaterra, por exemplo, mais agressiva e combativa, e menos beligerante em outras partes do mundo como no Brasil onde as que reivindicavam seus direitos os buscaram, de forma preferencial e primeira, junto ao Estado, buscando o reconhecimento como cidadãs pelo caminho legal. Nesse sentido, o Brasil é um dos países pioneiros na concessão do voto para as mulheres na América Latina, pois o reconheceu em 24 de fevereiro de 1932, com a publicação do novo Código Eleitoral pelo Decreto nº 21.076. A partir de então as brasileiras conquistaram o direito a votar e serem votadas³.

Contudo, apesar de tal direito ter sido sacramentado por um decreto governamental, esse *não foi uma concessão do governo de Vargas, mas sim fruto de um processo que se iniciou em meados do século XIX se estendendo até a conquista do sufrágio feminino no início da década de 1930.*

A história que envolveu a conquista do sufrágio feminino no Brasil e do próprio movimento sufragista ainda é pouco conhecida e divulgada. Quase não se conhece os seus personagens, suas lutas e suas motivações mesmo que em 2012 tenhamos comemorado os oitenta anos dessa conquista, com uma mulher presidindo o país. Esse desconhecimento muitas vezes faz com que se perpetue a ideia de que o sufrágio feminino

³ Para ilustrar a evolução da conquista do sufrágio feminino no mundo ocidental cito, para fins de comparação, alguns países como exemplos: Inglaterra, em 1918, aprovou o voto às mulheres com caráter restritivo; EUA, sem restrições em 1920; Espanha em 1931; França em 1944; Itália em 1945; Suíça em 1971 e Portugal em 1976. Cronologia da conquista feminina ao voto na América Latina: Equador – 1929 (facultativo até 1967); Brasil – 1932; Uruguai – 1932; Cuba – 1934; El Salvador – 1939 (facultativo até 1950); República Dominicana – 1942; Jamaica – 1944; Guatemala – 1945 (optativo até 1956); Trinidad Tobago – 1945; Venezuela – 1946; Panamá – 1946; Argentina – 1947; Suriname – 1948; Chile – 1949; Costa Rica – 1949; Bolívia: 1952; Guiana – 1953; Honduras – 1954; México – 1954; Peru – 1955; Colômbia – 1957; Nicarágua – 1957; Bahamas – 1964; Paraguai – 1967. Cf. SANTOS, Wanderley G. dos. *Votos e Partidos: Almanaque de Dados Eleitorais. Brasil e outros países*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p.297-303. Destaco que o alistamento feminino só foi tornado obrigatório, no Brasil, em 1945, até então era optativo, exceto para as funcionárias públicas.

foi uma concessão do governo de Vargas, de que as brasileiras não lutaram ou que não mostraram nenhum interesse pelo assunto. Diante desse quadro, este artigo tem por objetivo dar visibilidade a alguns dos personagens que lutaram pelo sufrágio feminino no Brasil e, entre eles, o papel desempenhado por uma figura emblemática da época, a professora Leolinda de Figueiredo Dalto.

O movimento sufragista brasileiro

O movimento sufragista brasileiro fez parte de um interesse específico das mulheres que, como um grupo organizado, tinham uma demanda específica: o reconhecimento da sua cidadania através do direito de votar e serem votadas. Nesse sentido, fez parte do que se convencionou chamar de *primeira onda do feminismo* – caracterizada pelas reivindicações que ocorreram entre o final do século XIX e o início do XX, na qual as questões mais debatidas eram os direitos políticos, sociais e econômicos das mulheres, nessa ordem.

As mulheres que fizeram parte desse movimento – tanto no Brasil quanto no exterior – foram de um modo geral, mulheres instruídas, pertencentes às camadas média e alta da sociedade, que buscaram aliados entre os políticos da época para dar legitimidade para as suas reivindicações. As representantes máximas desse movimento no Brasil foram Leolinda de Figueiredo Dalto à frente do *Partido Republicano Feminino* (PRF) e Bertha Lutz, líder tanto da *Liga para Emancipação Intelectual da Mulher* (LEIM) quanto da sua sucessora, a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF), ambas responsáveis pela articulação do movimento organizado feminino e sufragista no Brasil. Cada uma dessas mulheres teve um papel importante e fundamental na questão da luta em prol do sufrágio feminino no Brasil em cada uma de suas fases, porém uma passou para a história como “a” representante do movimento enquanto a outra foi relegada ao ostracismo. Em 1910, Dalto fundou o PRF e se contrapôs, no final da década, à Bertha Lutz – a principal liderança do movimento sufragista brasileiro na década de 1920 e 1930.

Pode-se afirmar também que: *se e quando* se fala do movimento sufragista brasileiro uma data e um nome se destacam na historiografia – o ano de 1922 (o ano da fundação da FBPF) e o nome de Bertha Lutz. Não se pode negar que Bertha Lutz é o nome mais conhecido, lembrado e respeitado quando o assunto é a luta em prol do sufrágio feminino no Brasil, e, nesse sentido, sua contribuição é incontestável. Ela organizou e

liderou um grupo feminino no Brasil, tornando-se uma das líderes mais importantes à frente do movimento organizado, porém não foi a única e nem a pioneira na luta pelo voto feminino. Uma das personagens que se mostraram importantes nessa luta, cujo nome é quase desconhecido nos dias atuais, foi Leolinda Daltro.

Para fins de análise, considero que o movimento sufragista brasileiro pode ser dividido em duas fases. A primeira é representada pelos primeiros pedidos de uma maior participação política, encontradas ao longo do século XIX, na imprensa feminina brasileira, passando pelos debates ocorridos durante as sessões da Constituinte de 1890-1891, englobando também o aparecimento da primeira associação feminina que, entre outros temas, se dedicou a lutar pelo sufrágio feminino, em 1910 – o PRF –, e a fundação da LEIM, em 1920, e sua estruturação, além das primeiras tentativas de se inserir as brasileiras no quesito eleitor feitas pelos parlamentares brasileiros. A segunda fase foi considerada como tendo o seu início quando da transformação da LEIM na FBPF, em agosto de 1922, e terminando dez anos depois, quando da conquista do sufrágio feminino, englobando desde a vinculação da Federação ao movimento internacional até as novas tentativas e propostas de emendas constitucionais para inserir as mulheres no pleito eleitoral.

Pesquisas mostram que a temática do sufrágio feminino esteve em evidência no Brasil no final do século XIX. Antes mesmo da Proclamação da República, encontram-se, em todo o território nacional, mulheres contestando o *status quo* e reivindicando direitos através da imprensa feminina, bem como solicitando o seu alistamento eleitoral apoiadas na letra da lei, que não impedia de modo explícito o seu alistamento. Não se sabe ao certo quantas mulheres solicitaram esse reconhecimento e nem mesmo as que conseguiram esse direito de fato, mas, ainda que fossem casos isolados, indicam que a ideia da incorporação feminina ao mundo político estava circulando no século XIX e o sufrágio feminino era um dos objetivos a serem alcançados⁴.

A Proclamação da República, a troca de regime político e a promessa de reformulação das leis do país, gerou uma expectativa em

⁴ Tal como se percebe em várias matérias publicadas nos periódicos femininos da época, para mais informações ver, por exemplo, os trabalhos de BERNARDES, Maria Thereza C. Crescenti. *Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro – Século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988; SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *Josefina Álvares de Azevedo. Teatro e propaganda sufragista no Brasil do século XIX. Acervo Histórico*. Divisão de Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, n. 2, 2º semestre de 2004; SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *O Florete e a Máscara. Josefina Álvares de Azevedo. Dramaturga do Século XIX*. Florianópolis: Mulheres, 2001 e COELHO, Mariana. *A Evolução do Feminismo. Subsídios para a sua história*. 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

algumas mulheres de conquistar o direito de voto. Seis emendas foram apresentadas na Constituinte para inserir as brasileiras no pleito eleitoral, contudo, nenhuma foi aprovada, ainda que todas tivessem, em alguma medida, restrições de acesso ao eleitorado feminino⁵.

Apesar dessa primeira derrota, os constituintes brasileiros, ao aprovarem a redação do artigo 70 que definia serem eleitores “os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”, fizeram surgir uma brecha na legislação que, mais tarde, seria explorada por aqueles que reivindicavam o direito ao voto para as brasileiras. Pois, ao não explicitar na letra da lei a exclusão feminina, como fizeram outros países como EUA e Inglaterra, abriu-se um precedente que serviu de argumento para alguns parlamentares os quais, a partir de 1917, apresentaram emendas e projetos em prol do alistamento feminino⁶.

Mesmo que a primeira Constituição Republicana de fato não excluiu as mulheres do rol de cidadãos brasileiros, estas assim o estavam pelos costumes da época. Essa exclusão era tão “natural” que os constituintes nem ao menos cogitaram fazer qualquer restrição às mulheres nas exceções à lei. Para Perrot,

a exclusão das mulheres da política parecia tão natural que não representava um problema e que nossos manuais escolares [franceses] citaram tranquilamente o ‘sufrágio universal’ implantado em 1848, sem preocupar-se com o fato de que ele era apenas masculino⁷.

Apesar de estar se referindo ao caso francês, as ponderações de Perrot bem podem ser generalizadas para outras partes do mundo ocidental, inclusive para o Brasil, pois o sufrágio realmente universal – sem nenhuma restrição, tanto censitária quanto sexual – ainda demandou muita luta e sofreu muitos percalços, sendo conquistado, de uma forma geral, apenas nas primeiras décadas do século XX. Desde as reuniões da Constituinte, os parlamentares que apoiavam o sufrágio feminino se baseavam em argumentos que salientavam ser uma *questão de justiça e de direito* a participação feminina no mundo político, enquanto os contrários a essa concessão baseavam seus argumentos em questões de foro privado, enaltecendo uma figura idealizada da mulher e da sociedade, na qual o lugar da mulher estaria vinculado ao lar e à família, o que a impediria de exercer qualquer papel fora desse ambiente doméstico.

⁵ Um detalhamento das emendas bem como da discussão ocorrida na Constituinte de 1890-1891 pode ser verificada em: KARAWEJCZYK, op. cit., p. 79-117.

⁶ De 1917 a 1921 foram apresentadas três propostas ao Parlamento brasileiro para incluir as mulheres no rol dos eleitores da República.

⁷ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005, p. 328.

Um dos principais percalços no caminho daqueles que lutavam pelo sufrágio feminino era o reconhecimento da constitucionalidade do pedido. E foi através da letra da lei que muitas mulheres tentaram seu alistamento eleitoral ao longo da Primeira República, procurando valer seus direitos ao instigarem toda sorte de discussões sobre as interpretações do termo “cidadão” e sua aplicação nas leis do país⁸ Uma das mulheres que tentou, entre os anos de 1910 e 1920, se qualificar como eleitora, com base no argumento de que a lei eleitoral não impedia o alistamento feminino, foi Leolinda de Figueiredo Daltro⁹.

Leolinda de Figueiredo Daltro – uma suffragette nos trópicos?

A professora Leolinda de Figueiredo Daltro foi grande defensora dos direitos dos indígenas e das mulheres no Brasil. Nasceu na Bahia em 14 de julho de 1859 e migrou, em 1887, com o primeiro marido e os filhos, para a Capital Federal em busca de melhores condições de vida. Ardorosa defensora dos direitos dos indígenas batalhou tanto pela alfabetização laica dos mesmos quanto buscou a sua integração na sociedade, sem conotações missionárias, ideia inovadora para a época. No final do século XIX, empreendeu um ambicioso projeto de alfabetização dos povos indígenas, percorrendo durante quatro anos o interior do estado de Goiás¹⁰.

⁸ Nesse sentido ver, por exemplo, a tentativa de alistamento de Diva Nolf Nazário em 1922, documentada pela própria autora e publicada em forma de livro em 1923. O livro foi reimpresso no ano de 2009, ver: NAZARIO, Diva N. *Voto feminino e Feminismo*. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

⁹ Com base no mesmo argumento Leolinda Daltro conseguiu participar como candidata nas eleições de 1919, na cidade do Rio de Janeiro, para o cargo de intendente municipal pelo primeiro distrito da cidade (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 23/08/1919, p. 5). Na ocasião obteve mais de 1.700 votos, como noticiado pelo jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, na sua edição de 8 de janeiro de 1920. O nome de Leolinda também aparece grifado como Deolinda em vários artigos provavelmente devido ao trocadilho feito por Lima Barreto, que em suas crônicas e artigos sempre se referia a Leolinda trocando-lhe o nome: ora tratava-a por D. Florinda, como em *Numa e a Ninfa*, ora como D. Deolinda. Desde 2004, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) homenageia mulheres que recebem o diploma *Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro*. O prêmio se destina a agraciar aquelas que tenham contribuído na defesa dos Direitos da Mulher e nas questões de gênero, e é entregue por ocasião das comemorações do *Dia Internacional da Mulher*, no mês de março, pela comissão.

¹⁰ A proposta de Leolinda Daltro era polêmica e inovadora para a época, pois “o debate público em torno da questão pendia ora em favor da catequização acompanhada da completa aculturação das tribos, ora em favor da sumária eliminação das populações indígenas remanescentes no Brasil”, tal como apresentado no verbete Leolinda de Figueiredo Daltro. In: SCHUMAHER, Shuma, BRAZIL, Érico Vital (Org.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 318. Com o primeiro marido Leolinda teria dois filhos, e na época em que empreendeu a viagem para o interior,

Por conta de sua ousadia, recebeu vários epítetos. A imprensa da época assim a descreveu: “santa, anjo, excêntrica, monomaníaca, visionária, heroína, louca de hospício, doce mãe, aproveitadora, herege e anticristo foram alguns dos títulos que ela recebeu de admiradores e desafetos”¹¹. O nome de Leolinda esteve em evidência na imprensa brasileira por quase 15 anos, tanto devido ao seu envolvimento com os indígenas quanto por outra causa defendida com ousadia e esmero: o feminismo. Seu primeiro ato político foi a congregação de algumas mulheres em apoio à candidatura de Hermes da Fonseca à presidência do Brasil, no ano de 1909, e que recebeu o nome de *Junta Feminil pró Hermes-Wenceslau*. Para Mariana Coelho essa “associação política de cuja descrição se depreende ser o ponto de partida para a ação do feminismo no Brasil, pois foi a primeira fundada com intuítos de trabalhar pela emancipação do sexo feminino brasileiro”¹². Esse foi o ponto de partida para, em 1910, Leolinda fundar na capital do país um partido político, o *Partido Republicano Feminino* (PRF).

Mas o que motivou uma professora a fundar um partido político, numa época em que efetivamente a mulher não tinha voz na política? Ainda mais se levarmos em conta que, até pelo menos a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a concepção do espaço público era definida como um lugar exclusivo masculino?

Como salienta Michelle Perrot, é no espaço público que as diferenças entre os gêneros, masculino e feminino, mais podiam ser observadas, uma vez que era ali que os homens e as mulheres “situam-se nas duas extremidades da escala de valores. [...] Investido de uma função social o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. [...] a mulher [...] pública é uma ‘criatura’, mulher comum que pertence a todos”¹³. Assim, enquanto o *homem público* era reconhecido como tendo um valor positivo para a sociedade, a mulher era obrigada a se comportar de forma exemplar para não receber a alcunha de *mulher pública* e, portanto, sem valor, correndo o risco de ser ridicularizada e mal vista pela sociedade, podendo até mesmo ser “excluída” do seu convívio. Este

acompanhada pelo seu filho mais velho, encontrava-se recém-separada do segundo marido (com quem teve três filhos), deixando dois deles, menores de idade, em colégios internos, e a sua caçula aos cuidados de Quintino Bocaiúva, padrinho de sua filha; a outra filha já se encontrava casada na época, tal como apresenta ROCHA, Elaine Pereira. *Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltró (1859 – 1935) – patriotismo, indigenismo e feminismo*. 2002. 335 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 48 e p. 100. Esclareço que a paginação da referida tese pode apresentar alguma discrepância com a encontrada em pose da Biblioteca da USP, uma vez que tive acesso somente à versão enviada pela própria autora em 2012, à qual agradeço a gentileza.

¹¹ ROCHA, op. cit., p. 4.

¹² COELHO, op. cit., p. 152.

¹³ PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP, 1998, p.7.

era um discurso moralizador que engessava as liberdades femininas e delimitava claramente as suas fronteiras¹⁴. Vencer esse preconceito, para as mulheres, passou a ser primordial para se alcançar os objetivos de uma igualdade jurídica com os homens¹⁵.

Céli Pinto salienta que a criação desse partido “merece atenção especial pela ruptura que representou [...] pelo fato de ser um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos, cuja atuação, portanto, teria de ocorrer fora da ordem estabelecida”¹⁶. E June Hahner assinala que a pretensão do PRF era a de reavivar a questão do sufrágio feminino “dentro do Congresso, onde não tinha mais sido tratada desde o Congresso Constituinte de 1891”¹⁷.

Leolinda Daltro, em entrevista concedida em 1934 ao jornal carioca *A Noite*, fez um relato sobre o surgimento da Junta, relacionando-o à fundação do PRF. Na apresentação da matéria o articulista relata que “por volta de 1910, pela primeira vez, no Brasil, surgiu uma mulher desfraldando a bandeira das reivindicações feministas, afrontando o indiferentismo reinante”. O jornalista aponta que “a cruzada nova provocou comentários irreverentes e escandalizou a mentalidade conservadora da época”, e destaca que o *modus operandi* do “batalhão feminino” era o de “comparecer a todas as solenidades cívicas” e intervir em “todos os episódios culminantes desse tempo”. Quando questionada sobre como o PRF surgiu, Leolinda assim se pronunciou:

Fui uma grande amiga de Pinheiro Machado [político do RS]. Aquele homem enérgico, ríspido e franco, recebia-me sempre em seu palacete com encantadora fidalguia. Estava ele no auge de seu prestígio político, mas eu nunca lhe solicitei favor nenhum¹⁸.

A professora Daltro relata, então, como teve a ideia de organizar um grupo de amigas para formar a *Junta Feminil pró-Hermes*, e que:

Um dia, em conversa com o general Pinheiro Machado, disse-lhe que ia dissolver a Junta. O chefe Gaúcho depois de refletir um pouco ponderou:

¹⁴ Sobre o tema ver mais em, por exemplo, MAIA, Cláudia de Jesus. *A invenção da solteirona: conjugalidade moderna e terror moral: Minas Gerais 1890-1948*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2011.

¹⁵ Nesse sentido Leolinda Daltro, no início da década de 1910, sofrerá mais com o preconceito do que Bertha Lutz, que surgiu no cenário nacional no final dessa década, como se verá mais adiante.

¹⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p.18.

¹⁷ HAHNER, June E. *Emancipação do Sexo Feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres, Santa Cruz: EDUNISC, 2003, p.280.

¹⁸ *A Noite*, Rio de Janeiro, 03. ago. 1934, p. 1.

- Por que não a transforma num partido político? Pode até dar-lhe o nome de Partido Republicano Feminino.

E assim foi. Continuamos a trabalhar sob a nova denominação. Promovíamos festas cívicas, comemorávamos as datas nacionais e fazíamos conferências, no sentido de educar politicamente a mulher, dando-lhe uma noção nova de seu valor e fazendo-a ver que dia viria em que ela seria chamada a participar dos negócios públicos¹⁹.

Segundo palavras da própria Leolinda, ela não pregou “diretamente a conquista de postos de representação”, pois ela e suas companheiras não tinham “ambições pessoais” nesse sentido, o que elas almejavam era “antes de tudo, dar à mulher, um lugar melhor na sociedade, como elemento de progresso, libertando-a tanto quanto possível, da escravidão e da situação de inferioridade em que vivia”²⁰. A referida ideia da criação de um partido político feminino por um político gaúcho não pôde ser comprovada até o momento; contudo, não pode ser descartada a hipótese de ter feito parte de uma posterior estratégia aplicada pela própria Leolinda Daltro numa tentativa de dar mais legitimidade ao seu projeto para, mais uma vez, concorrer a um cargo no legislativo em 1935 – que não se concretizou devido à sua morte, no dia 4 de maio de 1935²¹. June Hahner salienta que “além do voto, Leolinda Daltro pedia a emancipação das mulheres brasileiras em termos gerais, e, especificamente, advogava que os cargos no serviço público deviam ser abertos a todos os brasileiros independente do sexo”²².

Leolinda é descrita como uma pessoa que, com seu temperamento intempestivo, teve que lidar com as duras críticas da opinião pública, de políticos e de colegas de magistério, que relutavam em aceitar que uma mulher deixasse seu lar e filhos para aventurar-se pelos sertões em companhia de índios e que ousasse retornar e disputar espaço político com os homens²³.

Depois de sua frustrada viagem para Goiás, sua tentativa de obter um cargo oficial junto ao governo para atuar na área de educação indígena²⁴, do que foi impedida com a justificativa que era uma mulher, parece

¹⁹ *A Noite*, Rio de Janeiro, 03 ago. 1934, p. 2.

²⁰ *Idem*.

²¹ Esses atos também podem exemplificar o que Paul Ricoeur denominou de “memória manipulada”, no sentido de que: “as manipulações da memória [...] devem-se à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória”; RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 95. Sobre o tema ver também JELIN, Elizabeth. *Los Trabajos de la Memoria*. Madrid: Siglo XXI de España, 2002.

²² HAHNER, op. cit., p. 280.

²³ Tal como apresenta ROCHA, op. cit., p. 4.

²⁴ Nomeação oficial como catequista leiga ou como Diretora de Índios.

ter sido o que contribuiu decisivamente para que ela se conscientizasse que era a sua condição sexual o maior empecilho à realização de seus anseios²⁵. Essa constatação teria sido assim a *mola propulsora* que teria levado Daltro a refletir sobre a situação de inferioridade da mulher na sociedade e buscar mudar tal conjuntura através de alguma ação. A ação escolhida foi a criação de um partido político que buscava, entre outras coisas, o reconhecimento da plena cidadania para as brasileiras. Outra hipótese para a criação do PRF pode ter sido a conscientização de que era através da legislação parlamentar que os homens estavam salvaguardando os seus direitos e impedindo as mulheres de participar do mundo público e político. De modo que, para Leolinda, a questão do voto deixava assim de ser considerada como uma diferença meramente simbólica e passava a ser vista como a chave para grandes mudanças uma vez que tais mudanças pareciam estar condicionadas às decisões do Parlamento, essa constatação talvez tenha dado a ela a ideia de fundar um partido político e lutar por seus direitos.

Um diferencial na proposta do PRF era ser composto exclusivamente por mulheres, pois, segundo o seu estatuto, estava vedada a participação masculina. Apesar disso, Leolinda e suas partidárias tanto procuravam o apoio dos políticos da época para a sua causa como se prontificavam a apoiar os que se identificavam com sua luta, como se observa em uma notícia veiculada por ocasião das eleições de janeiro de 1912 no jornal carioca *A Noite*. Nessa matéria – que apresenta os candidatos às cadeiras do Parlamento, pelo Distrito Federal – aparece a informação de que dois deles foram indicados pelo Partido Republicano Feminino, um do Partido Democrata e outro candidato avulso, ou seja, sem partido definido²⁶. As participantes do PRF também compareceriam a todos os eventos que pudessem causar repercussão na imprensa, colocando assim o seu inusitado partido e a temática do sufrágio feminino em destaque. Porém, apesar dessa associação com os homens do poder, as ideias e ações de Daltro não receberam uma boa acolhida por grande parte da sociedade da época e ela acabou sendo estigmatizada como a representante de um feminismo considerado pernicioso/perigoso.

Também parece ter contribuído para a não aceitação das propostas de Leolinda e do PRF, o fato de que, a partir de 1913, os periódicos brasileiros passaram a dar ampla publicidade ao movimento sufragista inglês, publicando de forma quase diária os atos violentos das militantes em atitudes consideradas não femininas, tais como atear fogo a caixas

²⁵ ROCHA, op. cit., p. 268.

²⁶ *A Noite*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1912, p. 2.

de correio, quebrar vidraças de lojas e casas, acorrentar-se a portões de prédios públicos e interromper os discursos dos políticos²⁷. A imprensa procurava assim chamar a atenção das brasileiras para que não seguissem esse mau exemplo vindo do exterior. O impacto negativo dessas notícias não se fez tardar e também não deve ser subestimado, ainda mais pelo fato de Leolinda ter sido identificada com esse sufragismo mais militante pela imprensa, chegando a receber o epíteto de “*suffragette*” pelos meios de comunicação da época, o que acabou se mostrando prejudicial à sua imagem e à causa por ela defendida.

Mas, apesar do pioneirismo de Daltro ter sido mal interpretado na época e sua atuação muito criticada e ridicularizada pela sociedade e pela imprensa, “o movimento [de Leolinda e do PRF] alcançou uma grande mobilização na capital federal, [...] dividiu opiniões e aproveitou diversas oportunidades para dar visibilidade à condição feminina no Brasil”²⁸. Um exemplo de como a figura de Daltro e da causa do voto feminino estava em voga nos anos finais da década de 1910 foi o fato de, no ano de 1917, ter sido mote de três “carros críticos” no carnaval de rua do Rio de Janeiro²⁹. Essa “homenagem” dos carnavalescos cariocas, parece assinalar um reconhecimento, ainda que jocoso, da luta de Leolinda Daltro. O aspecto positivo da sua luta, ao dar visibilidade ao tema, também deve ser lembrado, pois pode ter servido de inspiração para que o deputado Maurício de Lacerda acreditasse ser uma boa hora para propor um projeto que tratasse da questão no Parlamento.

João Batista Cascudo Rodrigues aponta a importância do PRF no final da década de 1910, ao salientar que

²⁷ A segunda e mais conhecida fase do movimento inglês foi também a mais militante e utilizou técnicas mais contundentes para fazer valer os seus pedidos. Teve início em 1903 com a fundação, em Manchester, de um novo grupo liderado por Emmeline Pankhurst e suas duas filhas, e recebeu o nome de *Women's Social and Political Union* (WSPU). Foi o mais combativo dos grupos e o que alcançou mais sucesso em expor o movimento pró-sufrágio para o mundo, sendo o mais lembrado e associado à luta feminina pelo voto no imaginário popular. As militantes do WSPU ficaram conhecidas mundialmente pela alcunha de *suffragettes*. Para saber mais sobre o tema ver PUGH, Martin. *The March of the Women. A revisionist analysis of the campaign for women's suffrage, 1866-1914*. London: Oxford University Press, 1999.

²⁸ SCHUMAHER; BRAZIL, op. cit., p. 319.

²⁹ Em 1917, o carnaval de rua da cidade do Rio de Janeiro seguia o seguinte itinerário: saída no Cais do Porto, Mauá, Avenida Rio Branco (em volta pela rua Luiz Vasconcelos), Acre, Uruguaiana, Carioca, praça Tiradentes (em volta), Avenida Passos, Marechal Floriano, Avenida Rio Branco (em volta), Marechal Floriano, Uruguaiana e Castelo. O desfile era dividido em duas partes contendo cada uma delas carros alegóricos, de crítica e de fantasias, tal como informa o periódico *O Paiz*, Rio de Janeiro, 20 fev. 1917, p. 8. Sobre o uso da zombaria como forma de conter os avanços femininos ver SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-611, set./dez. 2005.

a propaganda já se assinalara a nível do Partido Republicano Feminino, com vistas aos debates legislativos, alcançando iniciativas na Câmara dos Deputados com o projeto do Deputado Maurício de Lacerda, em 1917 [...] após as tentativas mal sucedidas de alistamento eleitoral de Mariana Noronha e Ondina Brandão, ambas em 1916³⁰.

A proposta de autoria do deputado fluminense Maurício de Lacerda, aludida no excerto, foi a primeira a ser defendida no Congresso brasileiro desde a Constituinte de 1890-1891. A proximidade entre esse deputado e o PRF pode ser verificada em dezembro de 1916, quando o deputado propôs a publicação de uma representação do PRF sobre a questão dos funcionários públicos (*A Noite*, 20/12/1916, p.3).

Lacerda apresentou projeto para a *Comissão de Constituição e Justiça* da Câmara dos Deputados no dia 12 de junho de 1917, que contestava a nova reforma da lei eleitoral, de 1916 – que tratava da forma de alistamento dos eleitores. Uma das propostas levantadas pelo deputado era incluir as mulheres no rol dos eleitores do Brasil. O projeto Lacerda recebeu parecer negativo da comissão que o analisou, considerando-o “inconstitucional”, porém tudo leva a crer que foi devido à militância de Daltro e do seu inusitado partido que o tema do voto feminino voltou à agenda da imprensa e do Parlamento.

A partir de 1918 o nome de Leolinda Daltro passou cada vez mais a ser associado pela imprensa a um tipo de feminismo que ficou conhecido como o “mau” feminismo. Termo talhado para deixar transparecer a existência de outro tipo de feminismo, o “bom”, que a imprensa, da época em questão, passou a associar à figura de Bertha Lutz³¹.

Bertha Lutz – o bom feminismo

Bertha Lutz era filha de um renomado cientista – Adolpho Lutz. Em 1918 voltava ao Brasil após terminar seus estudos superiores na Europa. Durante essa viagem entrou em contato com o movimento feminino internacional e passou a ser convidada a escrever na grande imprensa sobre a temática da emancipação feminina³².

³⁰ RODRIGUES, João Batista Cascudo. *A Mulher Brasileira. Direitos políticos e civis*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renes, 1982, p. 194-195.

³¹ Com o término da Primeira Guerra, em 1918, o tema do voto feminino voltava a ser pauta da imprensa no Brasil, pois ele havia sido conquistado em vários países.

³² Tal como informa LÔBO, Yolanda. *Bertha Lutz*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010 e ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

Segundo informa June Hahner foi, durante a estada na Europa, que Bertha conheceu de perto a campanha pelo sufrágio feminino na Inglaterra³³. Sobre essa fase da vida de Bertha, Rachel Soihet destaca que ela se interessou tanto pelo movimento que “manifestou o desejo de participação no movimento feminista, ali desenvolvido, antes da guerra, sendo impedida por sua mãe, natural daquele país, que lhe alertou de sua condição de menor e estrangeira”³⁴. Fato que Susan Besse corrobora ao salientar: “Lutz foi influenciada por movimentos feministas europeus e que, ao voltar ao Brasil, empenhou-se na tarefa de organizar as mulheres brasileiras para lutar por sua emancipação social, política, econômica e intelectual”³⁵.

Bertha pertencia a um círculo social distinto de Leolinda Daltro e, desde suas primeiras inserções públicas pela imprensa, procurou desvincular suas ideias do já execrado movimento militante das *suffragettes*. Ela se posicionava em prol da emancipação da mulher, mas sem descuidar do seu papel de mãe e dona de casa, procurando, em seus escritos, reinterar que o papel doméstico da mulher não sofreria desgastes com os novos papéis que ela estava assumindo. Durante o ano de 1919, Bertha colaborou com o periódico *Rio Jornal*, na seção *Rio-Femina*, com matérias sobre a emancipação feminina, além de se dedicar a estudar para o concurso de secretário do Museu Nacional que ocorreria em julho³⁶. As matérias por ela escritas registravam seu interesse em mostrar para a opinião pública a “ideia de que os direitos da mulher não significarão um rompimento com a família, com o papel tradicional de mãe e esposa”³⁷ e, também, em conclamar as brasileiras para a necessidade de se unirem para fazerem valer seus direitos.

Assim, Lutz ganhou um espaço para divulgar as suas ideias, de forma diversa de Leolinda Daltro que, na mesma época, se queixava de não estar recebendo a devida atenção da imprensa, tal como se observa na matéria publicada no jornal *A Época*:

³³ HAHNER, op. cit., p. 288.

³⁴ SOIHET, Rachel. *O Feminismo Tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006, p. 17.

³⁵ BESSE, Susan. *Modernizando a Desigualdade Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil: 1914-1940*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 184.

³⁶ Bertha Lutz foi convidada pelo jornal em fevereiro de 1919, tal como aponta ALVES, op. cit., p. 100-101. Segundo Yolanda Lôbo, Bertha também assinou algumas matérias no ano de 1919 com o pseudônimo de Gilberta Lutz e passou em primeiro lugar no concurso, assumindo o cargo em 3 de setembro de 1919. Exerceu o cargo de secretária até janeiro de 1936, quando mudou de posto. Foi a segunda mulher a ser admitida por concurso e nomeada para um cargo federal.

³⁷ ALVES, idem, p. 101.

Ontem, as 21 ½ horas, no momento de mais atividade na redação, entraram-nos pela sala adentro, subido, duas senhoras de aspecto modesto. Uma delas era a professora D. Leolinda Daltro. Vinha queixosa contra a imprensa do Brasil, que ainda não soube avaliar o seu trabalho, aprecia-lo na sua parcela de eficiência, e desistir da ironia e do sarcasmo para destruir os alicerces desse edifício em construção que é o feminismo no Brasil³⁸.

Aqui já se percebe uma diferença no tratamento dado pela imprensa a essas duas mulheres e que, claramente, pendia a favor de Bertha, ao conceder cada vez mais espaço para as suas manifestações. Lutz aos poucos passou a ter sua imagem associada ao “bom feminismo”, em contrapartida com o outro feminismo, “o mau”, vinculado com o lado mais militante do movimento e com a figura de Leolinda Daltro, que estava sofrendo uma campanha de ridicularização na época.

Percebe-se esse tipo de associação em uma matéria publicada no ano de 1920, na qual se lê:

[...] sem pretender ensinar o Padre Nosso ao vigário, poderíamos admitir o que do nosso feminismo deverá dizer a Sra. Lutz a sua confrade americana. Poder-se-ia, sem dúvida, assinalar que o *nosso feminismo é essencialmente pacífico*, mesmo com as hostes belicosas da linha de tiro feminina, dirigida pela professora Daltro³⁹.

Segundo a opinião do articulista desse jornal, o tipo de feminismo que o Brasil deveria seguir era o *essencialmente pacífico*, ligado à figura de Bertha Lutz, e não o de Leolinda Daltro, lembrado pelo exemplo negativo. Não se pode negar que o estilo de ação do grupo de Daltro era o de confronto; sua proposta era a de chamar a atenção para as suas reivindicações, de modo que “o estilo de ação política de Leolinda Daltro era peculiar: invadia espaços exclusivamente masculinos, expunha-se pessoalmente às críticas, sempre buscando chamar a atenção da sociedade para as desigualdades e injustiças”⁴⁰. Em contrapartida,

³⁸ *A Época*, Rio de Janeiro, 24 set. 1918, p. 2.

³⁹ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 08 dez. 1920, p. 3, grifo nosso. A menção à linha de tiro feminina diz respeito a uma das atividades de ensino da escola de Daltro. Tal como apresenta Elaine Rocha, essa linha de tiro foi criada em 1911, na época da presidência de Hermes da Fonseca, com o intuito de “treinar mulheres para situações de combate [...] com o apoio do governo. A fundação desta instituição e da escola de enfermagem [outra iniciativa de Leolinda Daltro] atendia a um apelo do presidente Hermes da Fonseca, que pretendia formar uma reserva de cidadãos-soldados no país, e ao debate que se iniciava no país sobre as condições da *defesa nacional brasileira*, influenciado pela Guerra que seguia na Europa”, ROCHA, op. cit, p. 299-300. A Linha de Tiro foi batizada com o nome da mãe do presidente Deodoro da Fonseca, Rosa da Fonseca, considerada heroína nacional, símbolo feminino do patriotismo por ter incentivado a ida de seus sete filhos para combater na Guerra do Paraguai, na qual dois deles morreram.

⁴⁰ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932. *Gênero*, Niterói, v. 4, n.

o grupo que se formou em torno de Lutz procurava expor suas ideias através de pronunciamentos públicos, de cartas enviadas para a imprensa e buscando o apoio de lideranças masculinas nos mais diversos campos, procurando “revestir o seu discurso de um tom moderado”⁴¹.

Em março de 1919 Bertha resumiu, num título de uma de suas matérias para o *Rio Jornal*, o que chamou de “trilogia” a ser seguida para que a brasileira pudesse ser mais instruída e útil para a sociedade, ou seja, “a educação, a associação e a organização”⁴². Yolanda Lôbo também expõe qual era, no entender de Bertha, o tipo de feminismo que levaria a um bom fim as reivindicações femininas, sendo assim descrito:

O feminismo triunfará, mas seu triunfo não será devido às militantes que procuram alcançá-lo com violência, será antes a recompensa das que se tornaram esforçadas pioneiras nas artes e nas ciências, da que se dedicam ao trabalho intelectual e manual, das que para ele se preparam, da que pela educação que dão às suas filhas lhe sugerem as mais nobres aspirações, que pela reverência que inspiram aos seus filhos lhes ensinam a venerar a mulher, finalmente das que com seu amor esclarecido, abrem ao homem novos horizontes, cheios de harmonia e de luz⁴³.

No trecho acima, percebe-se que Bertha, além de procurar desvincular a sua proposta de ação da perpetrada pelo movimento das *suffragettes*, também dá ênfase ao papel da mulher que, através do seu trabalho de pioneira – como ela mesma percebia o seu papel no mundo público – se destacaria pelo seu empenho, mostrando à sociedade que o triunfo do feminismo não viria através de uma revolução, mas sim de uma aceitação e acomodação do próprio sistema a um reconhecimento do novo papel da mulher. Este é o motivo pelo qual ela também enfatiza o papel da mulher no meio familiar, pontuando que esse deveria permanecer intacto na sua missão de esposa e mãe de família, uma das marcas do *bom feminismo*, menos contestador e que estava à procura de reformar alguns pontos na maneira com que a mulher era tratada pela sociedade, e não de revolucionar o papel da mulher no seio familiar.

Bertha tal como Daltro também buscou conclamar as brasileiras para a necessidade de se unirem para fazer valer seus direitos, e, a partir do segundo semestre de 1919, começou a preparar a fundação da *Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher* (LEIM) na cidade do Rio de Janeiro.

2, 1. sem. 2004, p. 161.

⁴¹ SOIHET, op. cit., p. 27.

⁴² LÔBO, op. cit., p. 105.

⁴³ LÔBO, op. cit., p. 108.

Bertha e Leolinda – dois feminismos conflitantes!?

A diferença nas táticas e abordagens dos dois grupos acima descritos pode ser mais bem compreendida se levarmos em conta a trajetória de vida das duas principais figuras que lideraram o movimento, Bertha Lutz e Leolinda Daltró.

Como salienta Céli Pinto, “o feminismo daquele período esteve intimamente associado a personalidades”⁴⁴ e, enquanto Leolinda Daltró, professora de origem humilde, teve de abrir o seu próprio caminho, Bertha Lutz vinha de uma família bem relacionada nos meandros do poder, na qual recebeu uma educação esmerada e contava com o apoio e incentivo dos seus familiares.

No ano de 1919, Daltró, após ter um pedido de alistamento eleitoral, parece ter mudado de tática e passa a desenvolver uma nova abordagem na sua luta, ao lançar no mês de agosto sua candidatura ao cargo de intendente municipal pelo primeiro distritoda cidade do Rio de Janeiro (*Gazeta de Notícias*, 23/08/1919, p. 5)⁴⁵. A própria Leolinda avaliou essa candidatura como “uma inovação e [...] um primeiro passo no sentido de nossa verdadeira emancipação política” (*A Noite*, 24/09/1919, capa). Contudo, essa sua tentativa também foi ridicularizada pela imprensa que chegou a publicar que Daltró ao ousar se imiscuir de forma tão evidente na cena política, “boa coisa não podia ser” (*Gazeta de Notícias*, 27/10/1919, p. 5). Nesse sentido, chama a atenção o fato de Bertha Lutz nem ao menos citar o nome de Daltró nas suas manifestações através da imprensa. Essa constatação parece ser justificada pelo seu desejo de não ter qualquer vinculação de sua campanha pela emancipação da mulher com a campanha levada a cabo por Daltró.

Branca Alves salienta bem que o “principal trunfo” da Liga era representado pela posição social das suas participantes que, tendo acesso ilimitado ao seu círculo social privilegiado, conseguiam expor diretamente a sua causa para os homens de poder. Desse modo, o aparecimento de Bertha Lutz no cenário público nacional, em 1918, teria modificado a forma como o sufrágio feminino vinha sendo reconhecido pela imprensa da época. A partir de 1922, o movimento liderado por Daltró passou cada vez mais para a obscuridade, enquanto o grupo

⁴⁴ PINTO, op. cit., p. 14.

⁴⁵ No final de ano de 1919 também ocorreu mais uma tentativa de se inserir as brasileiras no rol dos eleitores da República, pelo senador Justo Chermont. Esse projeto só seria apreciado em 1921, quando recebeu o parecer de constitucional e passou para a primeira discussão. A partir de então nenhum projeto versando sobre o voto feminino, apresentado ao Parlamento, recebeu a alcunha de inconstitucional.

liderado por Lutz cresceu cada vez mais até se firmar como o maior grupo em prol do sufrágio feminino no país. A feição mais comportada da luta em prol do sufrágio feminino foi imposta pelo grupo de Lutz. As figuras de Leolinda Daltro e Bertha Lutz são bons exemplos dos tipos de feminismo que circulavam na época. Embora ambas perseguissem o mesmo ideal de uma maior valorização do papel da mulher na sociedade – procurando cada uma com seu estilo de ação pressionar os políticos para atingir os seus objetivos e utilizar a imprensa para divulgar os seus atos –, o que as diferenciava era a forma como eram vistas pela sociedade da época.

No que tange à questão do movimento organizado feminino em prol do sufrágio, o pioneirismo de Daltro sofreu mais preconceito do que o de Lutz, pelo fato de sua militância ter surgido na mesma época em que as inglesas aplicavam as suas táticas mais agressivas para alcançar os seus objetivos. Isso fez com que os atos de Leolinda e de suas seguidoras fossem diretamente associados com os das *suffragettes*, o que se provou negativo para a imagem dela e para a causa que defendia. Por outro lado, o aparecimento de Bertha Lutz na cena pública no final da década de 1910 – logo após o término da Primeira Guerra – coincidiu com uma mudança na forma de encarar o papel da mulher na sociedade, e na sua capacidade para o trabalho fora das paredes do lar. O momento era mais aberto e propício a discutir mudanças, ainda mais as solicitadas por pessoas da mesma classe social que os detentores do poder. Tais mudanças vinham com a promessa de não revolucionar os costumes da época, mas apenas adaptá-los para incluir as mulheres.

Considerações finais

Em 1910 Leolinda Daltro foi a pioneira na organização de um grupo feminino, podendo ser considerada a representante máxima da primeira fase do movimento sufragista no Brasil. Seu nome e sua luta foram identificados por boa parte da imprensa com o movimento feminino inglês das *suffragettes*. Movimento militante e considerado pernicioso, por suas táticas agressivas e violentas que passou a ser apresentado ao público brasileiro pela imprensa como um exemplo negativo que não deveria ser seguido pelas brasileiras. A identificação de Daltro com as *suffragettes* fez com que as suas demandas fossem recebidas com zombarias e seu nome foi associado a um tipo de feminismo que deveria ser evitado, e que recebeu a alcunha de *mau feminismo*. Mesmo assim se pôde identificar que Leolinda foi a responsável por recolocar o

mote do sufrágio feminino na imprensa, dando novamente visibilidade a essa demanda. Daltro também sofreu mais com o preconceito do que Bertha Lutz que surgiu na cena pública após o término da Primeira Guerra Mundial.

As inserções de Leolinda no mundo público como que prepararam o caminho para Bertha Lutz que encontrou um ambiente mais favorável e propício a aceitar as mudanças propostas que primavam por uma reforma na situação da mulher na sociedade e não por revolucionar o papel feminino. Tudo indica que, até 1921, o movimento liderado por Daltro era mais reconhecido como o representante do movimento brasileiro em prol do sufrágio feminino, do que o grupo de Lutz. A partir de 1922, o movimento liderado por Daltro passou cada vez mais para a obscuridade, enquanto o grupo liderado por Lutz cresceu cada vez mais até se firmar como o maior grupo em prol do sufrágio feminino no país.

Um artigo publicado em 1934 bem resume as agruras por que Leolinda Daltro passou em vida:

Foi a primeira líder da emancipação feminina e o que sofreu por causa disso! [...] os jornais não a poupavam, trazendo-a ao ridículo mais doloroso... Não se contam as humilhações por que passou, as amarguras que lhe atribuíram a existência de lutadora. [...] Respondia aos ataques cruéis de seus adversários, trabalhando sempre pela causa de que foi paladina denodada: a emancipação da mulher. E hoje, a mulher vota, a mulher tem um lugar entre os deputados da nação, a mulher entra em concursos para as repartições públicas desbancando os homens, a mulher pleiteia todos os direitos políticos concedidos aos homens, sem que ninguém ache isso uma coisa absurda, condenável, motivo de censura geral. [...] Ela guardou para si todas as agruras, todos os sacrifícios da campanha, para que anos depois as suas companheiras de sexo pudessem serenamente colher os frutos, os proveitos e as honrarias da vitória.⁴⁶

Na década de 1930 Leolinda permaneceu ativa fazendo parte da *Aliança Nacional de Mulheres*, agremiação fundada em 1931 pela advogada Natércia da Silveira, bem como sendo candidata nas eleições de 1933 e 1934. A disputa pela primazia e pelo pioneirismo à frente do movimento organizado feminino podia ainda ser verificada em 1934, quando Leolinda concorreu a uma vaga no Parlamento, pelo *Partido Nacional do Trabalho*. Nessa última tentativa, ela reiterou que “a sua campanha feminista precedeu à de todas as senhoras que se apresentam como líderes do feminismo. Foi quem levantou, de longa data, no Brasil, a ideia do direito político da Mulher!” – tal como aparece estampado no panfleto de sua campanha. Faleceu no Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1935, de uma infecção contraída após ser vítima de um atropelamento.

⁴⁶ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27 set. 1934, p. 4.

A partir de 1922 o movimento sufragista brasileiro teria outra feição e passaria para uma nova fase, identificada com a figura de Bertha Lutz e de suas companheiras pertencentes à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Recebido em: 27 de março de 2014

Aprovado em: 8 de agosto de 2014